

# Encontro de militares na Casa do Alentejo



No passado dia 19 de Abril de 2006, pelas 15 horas, teve lugar na Casa do Alentejo um encontro de militares na situação de Reserva e Reforma, organizado pela Comissão de Militares na Reserva e Reforma e que contou com o apoio da ANS e da APA.

O encontro que reuniu mais de 500 militares vindos de diversas zonas do país, teve como objectivo alertar para os prejuízos causados pela implementação dos Decretos-lei nº 166/2005 (que alterou as normas de acesso à Reserva e Reforma) e nº 167/2005 (que alterou o regime de assistência na doença aos militares das Forças Armadas), que são de facto fortemente penalizadores, abrangentes e consubstanciam todos os sectores de militares, activo, reserva e reforma além de portadores de um ataque cerrado aos direitos dos militares. Contudo há sectores onde estas medidas se fazem sentir de

forma mais notória. São precisamente os reformados, e de entre estes os de maior idade com pensões degradadas, que sofrem mais com as alterações introduzidas. Estes são essencialmente os homens que para defenderem o Estado e os seus interesses estiveram no teatro de guerra em África, guerra essa que está exactamente na génese dos seus muitos problemas de saúde.

Após diversas intervenções dos interlocutores presentes, os mais de 500 cidadãos presentes decidiram por unanimidade e aclamação, marcar uma acção de protesto, de âmbito nacional, para o dia 11 de Maio, realizando uma “Vigília pelo Direito à Saúde”, nas principais cidades do país. Foi igualmente decidido mandar a ANS e a APA, para conjuntamente, estudarem as formas, os caminhos, os mecanismos necessários para travar a degradação da situação e da dignidade dos militares na Reserva e Reforma.✘

## Comissão de inquérito



No dia 5 de Maio do corrente ano no Martinho da Arcada, espaço mítico de múltiplos debates e simbolicamente bem perto do Supremo Tribunal de uma Justiça pela qual os militares tanto lutam e anseiam, as associações profissionais de militares deram conta de uma iniciativa que contribuirá decerto para que todos nós, cidadãos com ou sem uniforme, nos interroguemos sobre os caminhos que um Estado supostamente de Direito tem trilhado.

Com o fim de denunciar a situação de incumprimento de diplomas e dispositivos legais estreitamente associados ao Estatuto da Condição Militar, que se vem degradando de forma mais acentuada nos últimos três anos e com especial incidência nos direitos inalienáveis dos militares enquanto cidadãos, e no desrespeito das recomendações do Parlamento Europeu, as Associações

Profissionais de Militares, ASMIR, ANS, AOFA e APA decidiram criar uma Comissão de Inquérito que tem por objectivo fazer com rigor o levantamento das situações associadas aos incumprimentos entretanto verificados.

Para dar corpo a esta missão, incorporam esta comissão, a presidir, o Tenente-General Piloto-Aviador Silvestre dos Santos, pela ASMIR, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Sá Vaz; pela ANS, o Sargento-Mor Martins, pela AOFA, o Coronel Gonçalves Ramos, pela APA, o Cabo Rocha Leitão, com a garantia da apresentação e publicação do relatório correspondente até ao final do mês de Setembro.

Esperamos que o relatório que culmina a missão, sirva essencialmente para que as falhas detectadas possam ser corrigidas e que alguns dos prejuízos causados a homens livres sejam eventualmente ressarcidos.✘